

## **Estratégias de engajamento para o controle social através do uso de sistemas de informação e audiovisuais interativos do TCE-PB<sup>1</sup>**

Caroline GALIZA<sup>2</sup>

Amanda AZEVEDO<sup>3</sup>

Alia CHAUDHRY<sup>4</sup>

Universidade Federal da Paraíba

### **RESUMO**

O uso de mídias digitais possibilita a eficácia no setor público, principalmente quando a sociedade apropria-se deste uso para exercer a cidadania. O controle social evidencia as ações da sociedade junto aos órgãos governamentais como fundamentais na busca de soluções referentes à administração pública. O objetivo deste artigo é apresentar as ferramentas de controle social do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e como elas podem ser usadas forma estratégica para mobilizar a sociedade, apontando a relevância de produções audiovisuais para criar uma cultura de fiscalização. Para tal, apresenta-se os sistemas audiovisuais interativos destacando como o TCE-PB pode incluir nas suas ações de auditoria e fiscalização a participação cidadã, que ao produzir vídeos usando este suporte legitimam sua importância neste processo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação Estratégica; Controle Social, Design Audiovisual.

### **INTRODUÇÃO**

O Tribunal de Contas é um órgão nacional que possui várias sedes estaduais que tem como objetivo examinar as contas anuais dos chefes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, fiscalizar e analisar os processos de prestações de contas, bem como os atos de admissão de pessoal, aposentadorias e pensões, licitações, contratos e convênios entre instituições públicas.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Relações Públicas e Comunicação Organizacional no XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestranda no Programa de Pós Graduação em Computação, Comunicação e Artes da Universidade Federal da Paraíba(UFPB), pesquisadora do Laboratório de Aplicações Vídeo Digitais LAVID-UFPB. Email: carolinegaliza@lavid.ufpb.br.

<sup>3</sup> Mestranda do Programa de Pós Graduação em Computação, Comunicação e Artes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Membro do grupo de pesquisa Design Audiovisual, pesquisadora do Laboratório de Aplicações Vídeo Digitais LAVID-UFPB. Email: amanda.azevedo@lavid.ufpb.br

<sup>4</sup> Mestranda do Programa de Pós Graduação em Computação, Comunicação e Artes da Universidade Federal da Paraíba(UFPB). Membro do grupo de pesquisa Design Audiovisual, pesquisadora do Laboratório de Aplicações Vídeo Digitais LAVID-UFPB. Email: alia@lavid.ufpb.br

---

Para cumprir sua função perante aos cidadãos a corte de contas precisa ter acesso e independência para analisar todos os trâmites que compõe as contas públicas. O maior volume de dados para análise são originados através de auditoria e ações de acompanhamento, outras fontes de informação são as ações de investigação, fruto de denúncias recebidas pela instituição, que podem vir dos próprios órgãos públicos, de outros órgãos da justiça e inclusive da população, através do acesso aos canais disponibilizados nos sistemas de informação e transparência.

A denúncia é feita na Ouvidoria do Tribunal de Contas, que está a disposição para receber todo o tipo de informação que esteja relacionada ao uso do dinheiro público. Um contrato não cumprido, uma possível fraude ou até uma congratulação a um serviço bem executado, são exemplos de motivos para acionamento da Ouvidoria.

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba TCE-PB, assim como nas demais unidades da federação, possui o dever de prover a transparência na administração pública, uma obrigação imposta aos gestores de contas públicas. Por isso, oferece ao cidadão paraibano a oportunidade de acompanhar o cumprimento da Lei de Acesso à Informação, em todos os órgãos da administração pública e nos 223 municípios do estado da Paraíba, dispondo em seu site institucional links com os sistemas de informação para o acompanhamento das contas públicas estaduais e municipais, além do acesso aos dados, cujo intuito é informar com a máxima transparência o destino e o movimento do dinheiro público.

Embora estes sistemas permitam o acesso aos dados da gestão pública, são ferramentas estáticas, semelhante a planilhas. Quando o cidadão percebe alterações na visualização dos sistemas passa a ter provas para que possa formalizar a queixa ao Tribunal de Contas que assim exercerá sua função, entretanto, o indivíduo ainda possui uma atitude passiva diante das possibilidades, recebendo apenas informações das ações tomadas. A proposta dos sistemas audiovisuais interativos do TCE-PB apresentados neste artigo buscam solucionar este problema, criando um canal mais próximo entre a sociedade civil e a instituição através da produção de conteúdo, tornando a população mais envolvida neste processo, incorporando a identidade e imagem desta função legítima ao exercício da cidadania.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

---

O TCE por ser uma instituição que atende diretamente ao interesse público deve direcionar o seu serviço para que supra tanto às demandas internas, buscando otimizar suas funções e processos, quanto externas para compreender as demandas sociais atingindo a eficiência e eficácia do seu serviço.

Pode-se dizer que a organização, nos dias atuais, só sobreviverá se for legítima, se for aceita pela ordem social. Para isto, faz-se necessário que ela reconheça sua responsabilidade social e baseie sua filosofia de atuação no princípio da utilidade. Se não interagir com o meio, não conseguirá compreender o que dela se espera e não oferecerá ao interesse público condições de efetivamente avaliá-la. (VIEIRA, PINTO, p. 25)

As instituições públicas devem, sobretudo, ter uma visão macro acerca dos problemas e possibilitar em sua estrutura a colaboração com a sociedade, no contexto do TCE a colaboração do cidadão é importante para alcançar o controle social.

Na consolidação desse processo Kunsch diz: “não podemos considerar uma organização social somente na sua forma interna, mas em relação com o ambiente em que ela vive, incluindo aspectos ecológicos, sociais, econômicos e culturais, entre outros. Todos esses fatores interferem enormemente nas estruturas internas. Porque uma organização considerada em si mesma é um sistema que faz parte de outro sistema mais amplo, a sociedade. (KUNSCH, 1986, apud VIEIRA, PINTO, 2012, p. 22)

Os canais de comunicação são essenciais nesse processo, diferente dos sistemas de informação e transparência que apenas apresentam os dados das contas públicas e as análises realizadas pelo TCE-PB, esta colaboração legítima às ações entre a organização e o cidadão. Segundo Fortes (2003, p. 27) “a eficácia do debate depende, essencialmente do uso honesto e equitativo da informação. Somente dados não bastam: a informação deverá comunicar alguma coisa fundamental, o que facilita o seu entendimento”.

Esses fatores devem ser considerados para apresentar informações que seja de fácil entendimento, que esteja dentro da realidade e contexto social, e que tenha utilidade. O TCE-PB possui os seguintes canais de comunicação em que há necessariamente um feedback institucional: a Ouvidoria, e-mail, site, redes sociais e o TCE Escola e cidadania.

O TCE Escola e cidadania é um evento que atende ao público de alunos e professores das escolas públicas, onde são realizadas visitas a sede, tendo como objetivo apresentar, em forma de palestras, a função do TCE-PB.

---

O uso destes canais estabelece um diálogo entre o público e instituição, a partir disso há um relacionamento construído com base no entendimento da função do TCE-PB e do benefício deste serviço para a sociedade. Segundo Fortes (2003) as visitas são um importante instrumento de relacionamento, no qual transformam-se os grupos interessados na instituição efetivamente em públicos.

A visita dirigida, pelo fato de aproximar os públicos, é um veículo bem apropriado para o trabalho de relacionamento, no instante em que são estabelecidos procedimentos de diálogo. Os grupos convidados a desenvolver um programa de visitas determinam a forma de atendê-los, destacando-se os aspectos de fluxo de informações que objetivam transformá-los em públicos. (FORTES, 2003, p. 335)

Com base nessa relação entre as escolas públicas e o TCE-PB os sistemas audiovisuais interativos visam, inicialmente, aproximar este público que possui maior abertura para discutir questões referentes à cidadania e estimulam o senso crítico acerca do cumprimento de direitos e deveres. A percepção de valor dos sistemas perante os demais grupos sociais ocorrerá pela relevância empregada na produção de conteúdo realizada por esses estudantes que irão expôr os casos de corrupção que afetam a sua cidadania, seja na esfera da escola ou em outras, mas que os atingem diretamente e nas soluções que serão proposta através da ferramenta.

## **METODOLOGIA**

O grupo de pesquisa Design Audiovisual em colaboração com o Laboratório de Aplicações Vídeo Digital LAVID da Universidade Federal da Paraíba são instituições de pesquisa participantes do projeto Espaço Interativo do TCE-PB.

Esse projeto busca conscientizar a população acerca da fiscalização do dinheiro público e o combate à corrupção por meio de tecnologias que potencializam o controle social, tanto para compreensão de dados e informações através da exposição de casos de forma colaborativa, quanto para ações que impactam a sociedade, criando assim uma cultura de fiscalização. Os sistemas audiovisuais interativos são produtos desenvolvidos através da parceria supracitada, que consistem no mapa colaborativo e na personalização dos vídeos que serão analisados neste trabalho.

O percurso metodológico deste trabalho possui enfoque qualitativo e consiste na coleta de dados realizada com o TCE-PB e entrevista não estruturada com o presidente, setor de comunicação e alguns auditores da instituição que resultou na elaboração de um Briefing com os itens que abordados neste estudo. Diante dessas informações foi realizada uma descrição dos sistemas de informação, transparência e audiovisuais interativos para identificar questões que auxiliem no engajamento social. Percebe-se que os cidadãos podem ser influenciados e engajados devido a imagem do TCE-PB que ao expor os casos de sucesso em produções institucionais criam uma identidade de fiscalização na população, e, portanto, ao produzir os conteúdos de forma colaborativa reforçam este processo.

### **SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E AUDIOVISUAIS INTERATIVOS DO TCE-PB**

A criação das ferramentas de transparência permitiu ao cidadão uma maior participação no combate a corrupção, proporcionando a oportunidade de acompanhar de perto o cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

O Tribunal desenvolveu, ao todo, quinze ferramentas para o uso do cidadão. Entre elas, encontra-se o SAGRES - Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade Online que permite ao cidadão acompanhar e avaliar os atos dos gestores públicos, acessando as informações sobre a execução orçamentária e financeira das Administrações Direta e Indireta Estadual, Prefeituras Municipais, e de todas as Câmaras de Vereadores. Nela o cidadão pode fazer uma busca, e ter acesso a dados da esfera Estadual de receitas, despesas, empenhos, bem como verificar o que foi pago à servidores e credores, filtrando as informações pelo ano que deseja consultar.

A importância dessas ferramentas podem ser vistas observando os resultados do SAGRES Combustíveis. Através deste sistema foi possível realizar o acompanhamento da mobilidade dos veículos públicos em todo o estado da Paraíba. O sistema disponibiliza cinco painéis com infográficos interativos, onde o usuário pode acompanhar e fazer as consultas, utilizando-se de filtros para selecionar as opções desejadas. A visualização constante dessas atividades ajuda no controle de setores como educação e saúde, seguindo o uso de ambulâncias e transportes escolares. Com a implementação da ferramenta, o TCE-PB conseguiu analisar os dados e economizar drasticamente com o

---

gasto de combustíveis em vários municípios do Estado. Assim, podemos perceber que uma maior eficiência significa menor gasto e maior retorno a população.

Além dessas duas ferramentas, o TCE-PB também possui o Sistema Geo PB, os Indicadores de Desempenho dos Gastos Públicos com Educação na Paraíba ou IDGPB, o Índice de Efetividade da Gestão Municipal ou IEGMPB, Painéis Estaduais, Painéis Municipais, o Licitantes 100% perdedores, o Pannel de acúmulo de vínculos públicos, Consulta de Processos, o Diário Eletrônico, Transmissões das sessões ao vivo, Acesso à Informação, Nosso TCE-PB e o Aplicativo Controle Social.

Dessa maneira, o TCE-PB oferece ao cidadão um leque de opções para que ele participe do trabalho de controle social, analisando os dados através das ferramentas de transparência e fazendo as denúncias, para que este órgão possa cumprir o seu papel de combater a má gestão de recursos públicos e a corrupção, estando preparado para a função de ator ativo no processo de fiscalização das contas públicas.

Ações de controle periódicas que tem por objetivo prevenir atos que causem danos aos cofres públicos, são realizadas constantemente pelo corpo de colaboradores do setor de auditoria do TCE-PB, esta atividade é chamada acompanhamento ou fiscalização, usando uma conotação mais popular. O auditor, ao analisar os documentos gerados no processo de auditoria, pode verificar a necessidade de um acompanhamento físico no local de execução de um contrato público. Para isso, ele precisa apenas da autorização da corte do Tribunal. Nessa fase, a equipe produz um relatório de acompanhamento que contém informações sobre a fase de planejamento, método de coleta de dados, análise imparcial do estudo, comentário e informações fornecidas pelos gestores do contrato.

Essas ações são básicas e padrões de qualquer Tribunal de Contas no país. Porém, o TCE-PB é conhecido por seu pioneirismo na forma como conduz suas ações de controle e fiscalização, e até mesmo na construção e uso de tecnologias de informação e comunicação, que desenvolveu um leque de ferramentas de transparência que auxiliam na pesquisa dos dados relacionados aos gastos públicos. O SAGRES é um exemplo de pioneirismo na criação de ferramentas para o controle social criada pelo TCE-PB e que foi adotada por Tribunais de Contas espalhados pelo país. Outras ferramentas, como o IDGPB e o Sistema Geo PB também tem despertado o interesse de outros Tribunais de Contas no Brasil.

Além destas iniciativas que contribuem para a transparência de gastos públicos no âmbito governamental, o TCE-PB criou o projeto Espaço Interativo que busca integrar o

uso de tecnologias para diversos tipos de conteúdos como audiovisuais, games, aplicativos, coworking, realidade virtual e aumentada a ser realizada em usos individuais e coletivos em visitas ao Espaço Interativo que será na sede do TCE-PB. O propósito do uso destes sistemas será a partir de três vertentes: de forma individual, no Espaço Interativo por meio de uso coletivo em sessões de exibição, e na participação das palestras no auditório do Espaço Cultural Ariano Suassuna localizado na sede do TCE-PB.

Este Espaço Interativo prevê sistemas audiovisuais interativos, que serão aplicados de duas formas, a primeira é um mapa colaborativo, que serve de suporte para a produção audiovisual e centraliza, de forma interativa, as produções institucionais do TCE-PB e na personalização de vídeos como material de apoio aos palestrantes do TCE-PB, bem como playlists mixando a autoria dos vídeos do TCE-PB e dos usuários, gerando o QR Code no final da sessão para compartilhamento, esses sistema também estará disponível nas sessões de exibição do Espaço Interativo.

## **CASOS DE SUCESSO DO TCE-PB**

O TCE-PB possui diversos casos de sucesso realizados com o suporte dos seus sistemas bem como pela eficiência na execução, ressaltando o impacto de suas ações.

### **Case 1. Contas rejeitadas na cidade de Bayeux**

O Ex prefeito da cidade de Bayeux das gestões de 1998 a 2002 e 2012 a 2016 teve as contas do ano de 2013 reprovadas em Tribunal Pleno no TCE-PB no mês de abril de 2018. O TCE -PB em seu processo de auditoria das contas públicas da Prefeitura Municipal apurou que as contas referentes ao ano de 2013 por questões que incluíram despesas e saldo bancários não comprovados, não recolhimento de contribuições previdenciárias e folha de pagamento acima do limite legal, infringindo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A defesa não conseguiu comprovar como este valor foi usado pela Prefeitura, e ao seu gestor foi imposto pelo TCE-PB a devolução de R\$ 50.408,23 aos cofres municipais. Este mesmo gestor também havia sido condenado em 2016 pelo Tribunal de Contas da União devolver cerca de R\$ 35.000,00 por utilizar verba Federal destinada a reconstrução de casas para outros fins, e não conseguiu comprovar onde foi gasto parte do valor.

---

O processo também teve a sua origem no trabalho de auditoria do TCE-PB que confirmou a receita de verba nacional, que não foi investida à forma que era destinada. Este levantamento feito através dos sistema de painéis de receitas e despesas dos municípios, foi crucial para a condenação, uma vez a leitura é feita no momento do movimento financeiro, não cabendo defesa em uma situação como esta.

Assim, percebe-se como o trabalho de auditoria com uso dos sistemas de leitura de receitas e despesas é essencial para identificar o mau uso do dinheiro público e a tentativa de fraudes. Fazendo o levantamento dos valores de receitas, à que são destinadas e qual o seu caminho dentro das contas públicas. Indiferente da quantia, todo o valor devolvido deve servir diretamente a repor os valores devidos e a reparar os danos causados pela sua falta.

#### Case 2. O Caso dos servidores codificados do Estado da Paraíba

A legislação do Estado da Paraíba através da sua constituição legal e do Estatuto do Servidor da Paraíba prevê que exista dois tipos de servidores públicos, os efetivos que adquiriram o seu cargo por concurso público ou o comissionado, cargo de confiança da gestão vigente. O Estado da Paraíba criou uma nova categoria, não válida para contratar prestadores de serviço, grande parte na Secretaria da Saúde do Estado.

A esta categoria foi dada o nome de servidor “codificado” pois eram cadastrados por seus CPF e possuíam um código, entretanto não tinham nenhuma outra informação sobre estes nos setores administrativos do Governo, sequer contratos de admissão. Os primeiros registros constam do ano de 2013, e em 2017 quando o caso foi julgado chegavam a mais de 8.000 servidores, e o valor superior a R\$ 17 milhões gastos em pagamentos.

O mistério foi deflagrado quando o Estado declarava um valor para folha de pagamento de seus servidores espalhados por todas as regiões disponibilizado na ferramenta SAGRES, entretanto, parte deles não aparecia, e o valor real do pagamento à servidores era bem maior, mesmo não havendo pagamento contribuição. Este episódio feriu a lei de responsabilidade fiscal, da qual os Gestores em questão serão obrigados a responder no processo das contas públicas estaduais.

No mês de julho de 2017 o TCE-PB através do seu Tribunal Pleno decidiu e deu prazo de 90 dias para que os servidores fossem regularizados, e não demitidos, suas contribuições pagas e seus direitos estabelecidos.

---

O monitoramento constante das folhas de pagamento, como é realizado pela ferramenta SAGRES permite notar discrepâncias nos valores pagos e assim identificar situações que não estão em conformidade com a legislação vigente.

### Case 3. PB PREV e a “Pedalada Fiscal” do Governo Estadual

Todas as receitas públicas quando recebidas pelos gestores são codificadas e devem ter caminho certo, mesmo que em determinadas situações valores fiquem em crédito uma destinação e em débito em outro, e ainda que o governo seja uma unidade os valores devem cumprir o seu destino.

No trabalho de auditoria do TCE-PB foi verificado através do sistema SAGRES que nas contas públicas referentes ao ano de 2015, mais precisamente no mês de dezembro foi retirada uma grande quantia do Fundo Previdenciário Capitalizado, cerca de R\$ 88 milhões para equilíbrio do Fundo Previdenciário Financeiro.

A legislação prevê que esses recursos só poderiam ser utilizados em duas situações: para o Governo adquirir imóveis e depois alugar com os aluguéis revertidos para o próprio fundo, ou para pagar obrigações relativas à operacionalidade do próprio Fundo Previdenciário com valor máximo de 2% do total, sendo assim os procedimentos utilizados pelo Governo do Estado foram ilegais, ao mobilizar os recursos do Fundo Previdenciário

O governador chegou a ser alertado pelo Ministério do Trabalho e Previdência, que deu um prazo de 45 dias para a devolução dos recursos ao Fundo, e também por um conselheiro do TCE-PB, que alertou para o cometimento do ilícito.

Este movimento ilícito nos cofres públicos é semelhante ao que levou ao *impeachment* da Presidente do poder executivo nacional. Dessa forma, é necessário o cuidado com o manejo de valores públicos, pois estes são abertos e próprios para consulta no sistema SAGRES do TCE-PB.

### Case 4. Reprovação das contas públicas da Prefeitura do Conde-PB

Mais um caso chama a atenção por uso indevido de valores de contas públicas municipais, este caso aconteceu na cidade do Conde-PB.

O TCE-PB apurou nas contas do município referentes aos anos de 2013 e 2014 que houve o uso de gastos de dinheiro público sem comprovação documental, inclusive as verbas não tiveram sequer a disponibilidade financeira confirmada. Também não foram

---

aprovadas as contas dos Fundos de Saúde e Assistência Social. Condenando a ex Prefeita o pagamento de aproximadamente R\$3milhões.

Neste caso, o município forjou diversas contas bancárias que não foram oficializadas pelo município ao TCE-PB, entretanto, cruzando os dados nos sistemas dos painéis de receitas e despesas do município juntamente com o SAGRES foi detectada uma grande discrepância nos valores. Feita uma diligência no local foram encontrados documentos comprovativos dos atos ilícitos.

A mesma ex prefeita foi investigada pelo Ministério Público por lavagem de dinheiro entre os anos de 2016 e 2017. A ex-prefeita vendia várias vezes os mesmos imóveis para justificar sua renda. Porém na investigação realizada pela Polícia Federal descobriu-se formação de quadrilha entre outros crimes que levaram ao conhecimento de enriquecimento ilícito de vários investigados.

O TCE dentro de suas atribuições consegue encontrar irregularidades e ilegalidades nos trâmites das contas públicas, o que abre precedentes para que entidades como o Ministério Público e a Polícia Federal possam trabalhar na investigação de questões criminais que envolvam os gestores públicos.

Estes casos retratam a utilidade dos sistemas no processo de acompanhamento das contas públicas que conseqüentemente torna-se uma ferramenta democrática de gestão. A população portanto, deve se apropriar dessas ferramentas para se informar sobre os seus direitos e ter uma ação atuante nos problemas do seu entorno que se referem a administração pública.

## **SISTEMAS AUDIOVISUAIS INTERATIVOS**

O intuito dos sistemas audiovisuais interativos no âmbito do TCE-PB é desenvolver uma cultura de controle social tendo a produção de conteúdo colaborativo como grande motivador para esse novo comportamento.

Como proposta de interação o envio destas produções será realizado pela publicação no perfil do facebook do usuário que referencia o TCE-PB, sendo o mecanismo que direciona este conteúdo para o sistema do mapa colaborativo. Para que esta interação ocorra de forma sinérgica é necessário promover o uso dos sistemas de forma integrada, bem como gerar uma adesão ao Espaço Interativo.

Com base nessas demandas o O modelo de Design Audiovisual foi usado para gerar uma proposta de interação com as atuais ferramentas disponibilizadas, em que o

---

indivíduo também poderá se basear nos dados dos outros sistemas para embasar o seu conteúdo.

## DESIGN AUDIOVISUAL

O Design Audiovisual considera os fatores humanos do indivíduo e da facilidade de uso de softwares para criar uma relação com os papéis que as audiências desempenha nesse processo, (BECKER, GAMBARO, RAMOS, TOSCANO, 2017) que são definidos abaixo.

**Audiência:** esta é a base para todos os papéis que um indivíduo pode assumir; denota baixo nível ou ausência de interação durante o consumo de mídia. É o comportamento passivo associado ao modelo Broadcast, abordando as interfaces digitais através da seleção de canais, pesquisa e reprodução de conteúdo, assinatura de um feed ou canal, etc. Assim, essas pessoas são identificadas em grupos por classificações de audiência ou dados sobre o acesso a um determinado conteúdo, permitindo apenas uma visão coletiva de suas preferências. O relacionamento dos indivíduos com o conteúdo ocorre no nível do gosto pessoal e permanece relativamente privado.

**Sintetizador:** o termo foi apresentado por Jenkins et al. [4] em que os indivíduos possuem competências para compilar, classificar, comentar, recomendar e compartilhar o conteúdo como, geralmente, construir uma "identidade" digital, um perfil encenado em uma rede social. O papel do sintetizador considera a noção de engajamento, o elo emocional que permite pessoas para expressar algo sobre si mesmas usando o conteúdo ao qual ela se relacionam.

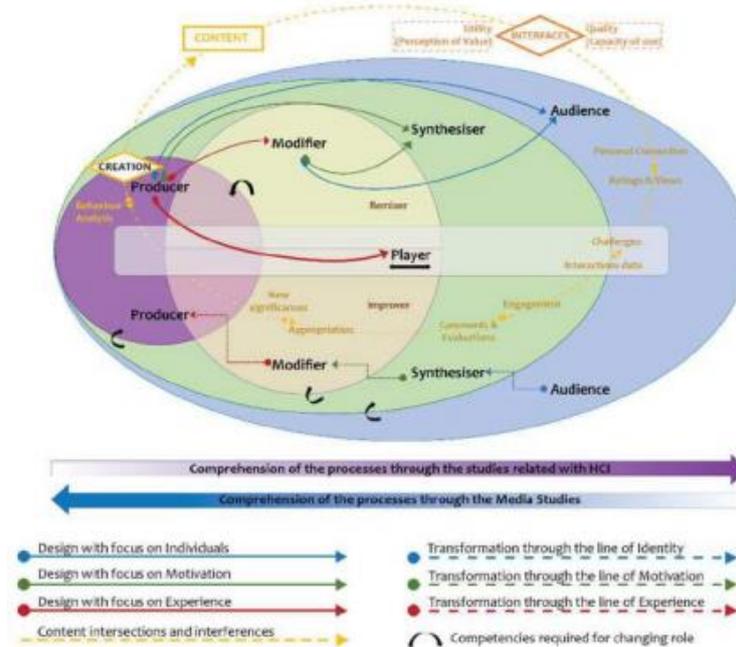
**Modificador:** é uma parte menor entre os Sintetizadores, com outras competências e habilidades. Eles dominam o software para manipular e recriar o conteúdo ao qual eles identificam a ampliação da noção de engajamento para a apropriação. Eles podem ser divididos em dois grupos principais, embora seja possível apontar outros: os Aprimoradores, isto é, aqueles que se apropriam do conteúdo para mudar alguma coisa não gosto; e Remixers; aqueles que criam novo conteúdo do original.

**Produtor:** uma pessoa ou grupo de pessoas que criam conteúdo original (mesmo se inspirado por outros conteúdos de mídia), que podem ser autônomos e independentes ou colaboradores de grandes corporações de mídia. Embora todo Produtor seja um Sintetizador (por ter suas competências para a distribuição de conteúdo), as competências do Modificador só se aplicam quando o conteúdo elaborado industrialmente é uma adaptação para outro, existente. Por essa razão, a superposição de ambos os papéis é apenas parcialmente representada na figura.

**Player:** Este papel superpõe todos os outros porque se refere aos indivíduos que completamente usam as ferramentas disponíveis para e

em cada nível, para que possamos chamá-las de AudiencePlayer, Sintetizador-Player e assim por diante. Suas ações, especialmente aquelas não previstas na concepção do produto audiovisual, que deve alimentar o produtor em desenvolvimentos futuros. Em outras palavras, eles podem perceber e aprender as possibilidades não previstas em seu nível. O Player busca o conteúdo desafiador que os faça, mesmo que individualmente, pensar e executar uma ação. Pode-se identificá-los (não restritivamente) com os "early adopters" ou "early users", ou seja, aqueles que assumirão o risco de usar uma nova tecnologia e, assim, contribuir para o seu desenvolvimento. O modelo do D.A tenta prever o comportamento de cada usuário, mas seria uma abordagem muito restrita se não considerasse os usos imprevistos. (*tradução nossa*) (BECKER, GAMBARO, RAMOS, TOSCANO, 2017, p.94)

Imagem 01: Modelo de Design Audiovisual. (*tradução nossa*)



Fonte: Becker, Gambaro, Ramos, Toscano (2017).

O Design Audiovisual servirá como ferramenta de estímulo e de engajamento dos sistemas de forma a envolver o indivíduo para que ele contribua e exerça o controle social. Tendo em vista as linhas de design pode-se perceber que na linha da identidade serão desenvolvidas ações para o indivíduo aderir ao uso do sistema aplicando recursos que melhorem a experiência de uso.

A linha da motivação será trabalhada à medida que os conteúdos são produzidos, através de incentivos para a produção do mesmo, oferecendo ao usuário um retorno pela relevância da sua produção, e portanto, atingindo ao papel do Produtor segundo o modelo apresentado na imagem 01.

---

Como forma de gratificações serão ofertados recursos intangíveis que reconheçam este trabalho. Dentre essas ações propostas apresentamos o Selo da Escola Cidadã que será uma premiação das escolas que produzirem os melhores conteúdos e com maior relevância social. Através de métricas de avaliação, como quantidade de vídeos enviados, engajamento nas redes sociais para divulgação, vídeos que foram mais apoiados pelos usuários e casos resolvidos pelo uso dos sistemas, poderão ser usados como indicadores para o ranqueamento dos vídeos, e como forma de recompensa a escola recebe este selo que poderá ser inserido no espaço físico da escola e no sistema com uma representação de ícone gráfico.

Para os demais usuários, poderão ser disponibilizados o Certificado de Auditor Social que será emitido quando for alcançada uma determinada quantidade de postagens ou interação. Essa certificação pode ser em formato de imagem ou animações personalizadas para representar o compromisso que o usuário tem com a sociedade através do uso dos sistemas.

A linha da experiência se desenvolve conforme o usuário interage com o sistema, cujos pontos principais são a produção do conteúdo, compartilhamento através do Facebook, o aprendizado no ato de produzir o seu conteúdo e apontar soluções, bem como no vídeo personalizado em que poderá explorar demais assuntos e gerar novos conteúdos. Os papéis do Sintetizador e Modificador são percebidos dessa forma, em que a personalização, a influência, e o domínio das ferramentas são fundamentais para a postura que o usuário toma ao se relacionar com o conteúdo e o sistema de interação.

Para que às devidas interações aconteçam é importante destacar a função que os canais de comunicação já existentes terão neste processo que reforça o relacionamento do TCE-PB com seu público externo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para que o engajamento social seja alcançado é necessário que a função do TCE-PB seja compreendida pela sociedade e possibilite que o cidadão se torne um agente ativo na fiscalização das contas públicas, e assim diminua a ocorrência de atos ilícitos. As produções institucionais e os depoimentos que esclarecem a população sobre o impacto da função do TCE-PB serão a conexão que irão demonstrar os casos de sucesso da parceria entre o tribunal e a ação cidadã.

---

Todo o processo de interação com o mapa colaborativo e a personalização dos vídeos busca envolver o indivíduo a se identificar com o TCE-PB tomando para si a responsabilidade no processo de fiscalização. Sendo assim, o acesso às ferramentas por si só não garantem a participação, é necessário um trabalho comunicacional que envolve o indivíduo e o faça sair da inércia, mostrando a relevância das suas ações como a produção de conteúdo.

Diante disso apresentar feedbacks nos canais de comunicação já existentes do TCE-PB, como notícias divulgadas no site institucional ou Facebook, através de comentários e chats, são ações importantes que poderão ser adotadas quando o indivíduo buscar esclarecimento ou não entender quais os trâmites necessários para realizar uma denúncia ou acompanhar o seu andamento, bem como formas de aproximar os públicos e despertar o interesse sobre o uso dos sistemas e das visitas ao Espaço Interativo.

A parceria entre o TCE-PB e as Secretarias de Educação é primordial para esta divulgação entre as escolas públicas municipais e estaduais. Estes canais são importantes, pois, atingem diretamente os professores, diretores, coordenadores e alunos das escolas, como meio para sensibilização através de campanhas sobre a fiscalização das contas públicas e combate à corrupção.

Através do contato das Secretarias de Educação com as escolas um caminho estratégico será trilhado, para a difusão das ferramentas do Espaço Interativo, que por sua vez promoverá a cultura de controle social. Além da divulgação interna poderão ser realizadas: palestras, atividades culturais, oficinas e cursos de produção audiovisual, que assim possam agregar o uso dos sistemas e que também poderá fazer parte do calendário escolar.

As visitas no Espaço Interativo são uma oportunidade dos estudantes e professores terem o primeiro contato com as ferramentas de controle social. No local, outras experiências como aplicativos, realidade virtual e aumentada e um espaço de trabalho colaborativo *coworking* serão disponibilizadas.

Essas estratégias serão fundamentais para estabelecer a parceria com a sociedade sensibilizando pelo interesse público e despertando o sentimento de pertencimento para o controle social, em que a identidade desta função por parte do cidadão será reforçada em suas ações na produção de conteúdo para o uso dos sistemas audiovisuais interativos.

## REFERÊNCIAS

---

BECKER, Valdecir. GAMBARO, Daniel. RAMOS, Thais Saraiva. *Audiovisual Design and the Convergence Between HCI and Audience Studies*. Springer International Publishing AG 2017.

BECKER, Valdecir. GAMBARO, Daniel. RAMOS, Thais. TOSCANO, Rafael. *Audiovisual Design: Introducing “Media Affordances” as a Relevant Concept for the Development of a New Communication Model. Applications and Usability of Interactive Television*. 6th Iberoamerican Conference, jAUTI. Aveiro, Portugal, October, 2017.

FORTES, Waldyr Gutierrez. *Relações Públicas: processos, funções, tecnologias e estratégias*. São Paulo. Summus 3ed, 2003.

JENKINS, Henry. FORD, Sam. GREEN, Joshua. *Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável*. São Paulo. Aleph, 2014.

J. PREECE, Y. ROGERS, H. S. *Design de Interação – Além da Interação Homem-computador*. 3. ed. Porto Alegre. Bookman, 2013.

SHIRKY, Clay. *A cultura da participação e generosidade no mundo conectado*. Rio de Janeiro. Zahar, 2011.

SOUSA, J.P. *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*. 2 edição. Porto (PT). Edições Universidade Fernando Pessoa, 2006.

VIEIRA, Roberto Fonseca. PINTO, Antônio José de Figueiredo. *Organizações e o interesse público*. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, 2012.